

VOCABULÁRIO CONTROLADO PARA ARQUIVOS: ANÁLISE DE VIABILIDADE E PROPOSTAS¹

Luciana Davanzo

Arquivista, Mestre e Doutoranda em Ciência da Informação -FFC-Marília. Especialista em Gestão de Documentos e Informações pela Universidade Candido Mendes-RJ
E-mail: luciana.davanzo@gmail.com

Walter Moreira

Professor Associado ao Departamento de Ciência da Informação da FFC-Marília
E-mail: walter.moreira@marilia.unesp.br

Resumo: Essa pesquisa refere-se a uma dissertação de mestrado onde notou-se que o aumento informacional existente nas organizações exige melhores formas de tratamento informacional. Por isso, a arquivologia sente a necessidade de usar instrumentos que forneçam subsídios para a organização e recuperação da informação. Nesse cenário informacional, como problemática subjacente a essa pesquisa questiona-se: como contribuir com a representação da informação de forma que esse processo seja mais qualitativo? Objetivou-se, a partir de literaturas acerca da temática proposta, demonstrar os motivos pelas quais a arquivologia pode fazer uso dos vocabulários controlados em relação as suas teorias, práticas e metodologias. Para o desenvolvimento desse estudo foram realizadas pesquisas em algumas bases de dados brasileiras (BRAPCI, SCIELO) com o objetivo de embasar a revisão de literatura sobre a temática proposta. Foram utilizadas também as normas ANSI/NIZO Z 39.19-2005 (R2010) e a ISO 25964-2011 para respaldar os componentes normativos dos vocabulários controlados. Os resultados indicam que a arquivologia pode se beneficiar da instrumentalidade dos vocabulários controlados, pois, o vocabulário controlado pode contribuir de maneira significativa em relação aos processos de representação da informação.

Palavras-chave: Arquivologia. Normas de descrição arquivística. Vocabulários controlados. ANSI/NISO Z.39.19-2005 (R 2010). ISO 25964-2011.

CONTROLLED VOCABULARY FOR ARCHIVES: FEASIBILITY ANALYSIS AND PROPOSALS

Abstract: *This research refers to a master's dissertation where it was noticed that the informational increase existing in the organizations demands better forms of informational treatment. For this reason, the archivology feels the need to use instruments that provide subsidies for the organization and retrieval of information. In this informational scenario, the problematic underlying this research questions: how to contribute with the representation of information so that this process is more qualitative? The objective of this work was to show the reasons why archivology can make use of controlled vocabularies in relation to their theories, practices and methodologies. For the development of this research, some Brazilian databases (BRAPCI, SCIELO) were searched in order to base the literature review on the proposed theme. Norms ANSI / NIZO Z 39.19-2005 (R2010) and ISO 25964-2011 were also used to support the normative components of controlled vocabularies. The results indicate that archivology can benefit from the instrumentality of controlled vocabularies, since controlled vocabulary can contribute significantly to the processes of information representation.*

Keywords: *Archival. Norms of archival description. Vocabularies controlled. Ansi Niso Z.39.19-2005 (R 2010). ISO 25964-2011.*



1 INTRODUÇÃO

Todo o processo de representação para a geração de novos conhecimentos requer que as informações estejam devidamente organizadas, para que a partir disso, seja possível sua recuperação. Assim, todo o processo que envolve os tratamentos da informação registrada, estão diretamente

¹ Este trabalho é oriundo da pesquisa apresentada como dissertação de mestrado ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista-UNESP, no ano de 2016.

correlacionados com a Ciência da Informação (CI), área onde encontra-se a Arquivologia, cujo objeto de estudo está diretamente ligado as informações registradas.

Para a CI e para a Arquivologia, o tratamento da informação registrada atua diretamente nos processos de organização, representação e recuperação da informação e, para tanto, fazem uso de metodologias, políticas e procedimentos que objetivam aperfeiçoar a recuperação dessa informação.

Dessa forma, compreende-se que, para garantir que uma informação possa ser acessada e/ou recuperada, é necessário o uso de instrumentos que atuem como mediadores entre sistemas e usuários.

Para tornar essa relação entre usuários e sistemas menos morosa, são desenvolvidas as linguagens documentárias, porque estas têm como finalidade colaborar para o acesso mais qualitativo à informação, por meio do controle terminológico.

O controle terminológico, que é possibilitado pelas linguagens documentárias, é altamente requerido devido à expectativa de que os sistemas de informação contribuam de modo eficaz para o processo de socialização da informação. Assim, os instrumentos originários das linguagens documentárias permitem uma representação mais consistente, seja de uma área do conhecimento, seja de um domínio, através das relações lógicas que são construídas com o desenvolvimento de uma linguagem documentária.

A partir do desenvolvimento e uso efetivos desses instrumentos torna-se possível uma melhor representação da informação o que irá contribuir de forma decisiva no momento em que essas mesmas informações forem requeridas pelos usuários.

Os instrumentos que colaboram com a organização e representação da informação são necessários pois possibilitam que as informações sejam

[...] apreendidas, registradas e armazenadas em sistemas de informação documentaria a fim de que sejam possíveis de recuperação e uso. As informações documentarias, portanto, são unidades de representação construídas sob uma forma e um conteúdo, a partir de decisões pautadas nos tipos de informação, nas áreas do conhecimento ou de atividade, na linguagem dos usuários e nos objetivos do serviço de informação, tornando explicito o propósito de um sistema de informação (ORTEGA, 2008, p.8).

Estes sistemas são necessários desde a primeira fase de uma informação, isto é, sua produção, perpassando por seu compartilhamento e chegando até a última fase, a sua destinação final: a socialização dessa informação. Assim, esses sistemas permitem representar de forma qualitativa o acesso ao conteúdo das informações, deixando-as acessíveis para todos os tipos de usuários.

Levando-se em consideração que os vocabulários controlados, os tesouros e as listas de assuntos são considerados como tipos de linguagens documentárias, essas tornam-se

Ferramentas utilizadas no tratamento temático da informação, pois, além de auxiliar o profissional sobre a forma de escolher os conceitos que melhor representem o assunto do documento, podem orientar os usuários na elaboração de estratégias de busca no sistema documentário (CINTRA *et al.*, 2002, p.60).

Diante do exposto em relação aos vocabulários controlados, nota-se que a arquivologia ao se aproximar desses instrumentos ganha mais um importante instrumento para ser aplicado no tratamento da informação.

A arquivologia sofreu e vem sofrendo constantes mudanças em relação ao seu objeto de estudo- a informação registrada- e, por isso, é necessário que a área se aproxime de instrumentos que colaborem com a perspectiva de organização, representação e recuperação da informação, sem deixar de lado as necessidades relativas a padronização terminológica, para que dessa maneira, a representação e recuperação da informação aconteçam com maior precisão.

Os avanços em relação às tecnologias da informação afetaram de forma direta a arquivologia, não apenas em relação ao suporte- do analógico para o digital- como também em relação às formas de representar e recuperar as informações. Por isso, fazer uso de instrumentos que colaborem com a representação da informação, diminuindo ruídos de comunicação e, problemas advindos da linguagem natural, torna-se mais do que necessário em tempos de grandes necessidades informacionais.

2 DESCRIÇÃO NA ARQUIVOLOGIA

A descrição e a classificação são os grandes pilares da arquivologia, uma vez que, partem dessas atividades os processos de organização e representação da informação. A descrição tem como finalidade colaborar com a recuperação da informação; enquanto que, a classificação se ocupa dos processos que dizem respeito à ordenação física e intelectual das informações, de forma hierarquizada e explicitando as relações existentes entre as informações.

As tecnologias digitais tiveram um papel decisivo em relação à arquivologia de modo geral, pois, com a informação sendo registrada nos suportes digitais, a área foi impulsionada a desenvolver novos instrumentos de pesquisa, em detrimento dos instrumentos tradicionais da área, isto é, guias, catálogos e inventários, os quais embora colaborem para a recuperação da informação, não possuem a mesma eficácia no cenário digital, que é caracterizado a partir de sua dinamicidade, seja em relação a produção da informação, seja em relação ao seu acesso e uso.

É nessa nova realidade que são (re)criados instrumentos que possam atender a esse novo usuário que necessita de um acesso cada vez mais rápido e qualitativo a informação.

Assim, para a arquivologia, a descrição contribui em relação

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 4).

Na arquivologia, a descrição é, portanto, a responsável por garantir o acesso à informação por parte dos usuários e, por isso, a descrição tem que ser capaz de relacionar-se tanto com as informações analógicas quanto com as informações digitais, uma vez que, ela está envolvida com todos os processos de tratamento da informação.

O aumento expressivo das informações que circulam nas organizações e a necessidade de maior velocidade em relação ao acesso, recuperação e uso da informação contribuíram para que a arquivologia se aproximasse de outros instrumentos que permitissem que o acesso à informação fosse realizado de forma mais consistente. Heredia Herrera (1991, p. 300) menciona que

La descripción es el puente que comunica el documento con los usuarios. En la cabeza del puente está el archivero que realiza una tarea de análisis que supone identificación, lectura, resumen e indización que transmite al usuario para que éste inicie la recuperación en sentido inverso a partir de los índices.

Assim, a descrição ocupa-se da tarefa de descrever e representar a informação, para que, através dos instrumentos de pesquisa, a informação possa ser recuperada.

2.1 ASPECTOS TEÓRICOS

O objetivo desse tópico refere-se aos caminhos pelas quais a arquivologia percorreu em relação a descrição. A primeira vez que a descrição foi mencionada, remonta-se ao ano de 1973, em um dos clássicos da área, o Manual dos Arquivistas Holandeses.

Sobre esse assunto, Tognoli (2012, p.80) menciona:

Desde sua emergência enquanto disciplina, no século XIX, notadamente a partir da publicação do Manual de Arranjo e descrição de arquivos (Handleiding vor het ordenen em bescheijven van archieven), em 1889, pelo trio holandês Muller, Feith e Fruin, a Arquivologia tem o arranjo e a descrição dos documentos de arquivo como processos complementares e nucleares de sua teoria e prática, com o objetivo de classificar, ordenar, descrever e fornecer acesso aos documentos.

A descrição é, portanto, impactada a partir da publicação do Manual dos Arquivistas Holandeses, pois, a partir dessa publicação são apresentados os procedimentos necessários para a fundamentação das bases da arquivologia.

A partir do Manual dos Arquivistas Holandeses muitas foram as discussões acerca da descrição (ANDRADE; SILVA, 2008). Nota-se, a partir dessas discussões, a área sofreu alterações que contribuíram para a sua solidez.

No entanto, é a partir dos meados da década de 1990 que a descrição sofre grandes alterações e, isso deve se majoritariamente ao surgimento e uso cada vez mais frequente das novas tecnologias digitais.

Não se pode negar que as tecnologias digitais foram também as grandes responsáveis para o redirecionamento da área em relação aos instrumentos de pesquisa, porque, a web mudou de maneira significativa as formas de produção e acesso às informações.

Cabe ressaltar que inicialmente o objetivo da descrição, “pautava-se em controlar o acervo” (LEÃO, 2006, p.17) e, nessa fase, ainda não existia a preocupação em relação aos princípios da arquivologia, pois, as informações recebiam organização temática.

Nota-se que as informações nessa época eram consideradas estáticas, porém, hoje, observa-se uma mudança de paradigma, isto é, as informações são produzidas, acessadas e disseminadas em grandes escalas e, por este motivo, ter instrumentos de busca que colaborem com essa nova realidade, é fundamental.

Pode-se verificar a importância desses instrumentos de pesquisa, pois, de acordo com Bellotto, estes instrumentos são “a única maneira de possibilitar que os dados contidos nas séries e/ou unidades documentais cheguem até os pesquisadores” (BELLOTTO, 2006, p.79). Assim, os instrumentos de pesquisa atuam como pontos de acesso entre usuários e informação e, é por esta razão, que o processo de descrição e representação da informação é uma das tarefas mais importantes para a arquivologia porque apenas com uma informação representada de forma precisa, consistente e coerente será possível permitir que essa informação seja recuperada posteriormente. Sobre esse assunto,

O objetivo da descrição arquivologia é identificar e explicar o contexto de documentos de arquivo a fim de promover o acesso aos mesmos, isto sendo alcançado pela criação de representações precisas e adequadas e pela organização dessas representações de acordo com modelos predeterminados (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 11).

O processo de descrição na arquivologia, pode ser realizado em dois momentos distintos: na fase corrente (produção) ou quando as informações estiverem sendo transferidas da fase intermediária para a fase permanente.

Sobre essa divergência, Davanzo (2016) relata que autores como Bellotto (2006) acredita que esse processo (descrição) deve ocorrer apenas nos arquivos de fase permanente; enquanto que Lopes (1997) menciona que esse processo pode ocorrer em todas as fases da informação (fase corrente, intermediária e permanente). Assim, caberá a cada profissional, juntamente com cada organização, desenvolver políticas que estabeleçam em que fase a descrição será aplicada.

Porém, hoje, com o uso frequente das tecnologias digitais por todos os tipos de organizações, a arquivologia, assim como outras áreas do conhecimento, sofreu alteração em relação a aplicação de suas práticas, técnicas e teorias, porque não há como contrariar a dinamicidade das informações, seja em relação a sua produção seja em relação a sua disseminação.

É nessa nova realidade que são criados softwares e normas que possam contribuir com o acesso mais rápido a informação, criando um novo cenário, ou seja, a recuperação da informação pode acontecer sem que haja a necessidade de um usuário estar no mesmo ambiente físico em que a informação está custodiada.

É nesse cenário, que se desenvolvem as normas de descrição referentes a arquivologia que, ao serem comparadas com os instrumentos tradicionais da área, colaboram em relação a padronização dos campos de acesso, assim como permitem uma melhor intermediação entre usuário, sistema e informação.

2.2 ASPECTOS DE NORMALIZAÇÃO

Muitas são as normas de descrição que foram desenvolvidas para atender as necessidades da arquivologia, porém, todas possuem um mesmo objetivo, que é o de contribuir com o acesso às informações, através de campos parametrizados, o que permite que a recuperação da informação aconteça de forma menos morosa e mais consistente.

As normas de descrição foram criadas para serem aplicadas em cenários específicos, pois, na arquivologia, é sempre levado em consideração o fato de como cada acervo foi produzido, assim como é levado em consideração as especificidades referentes ao acúmulo das informações, sendo, então necessário conhecer a estrutura, função e objetivo de cada acervo.

Um dos grandes ganhos em relação às normas de descrição para a arquivologia foi a criação de campos de acesso, pois, a partir desse momento, a área ganha em relação a melhorias e a representação e recuperação da informação.

Essas normas podem ser caracterizadas sobre duas perspectivas, as normas nacionais, que atendem às necessidades informacionais específicas de cada país, e as normas internacionais, que geralmente “servem de apoio para que os demais países tenham subsídios para a elaboração de suas próprias normas nacionais de descrição” (DAVANZO, 2016, p. 37).

Na realidade internacional, a arquivologia conta com o importante auxílio em relação aos arquivos, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA) - órgão com grande representatividade em relação ao amparo, desenvolvimento aos arquivos e arquivistas. O CIA dedica-se

a proteger e garantir o acesso a arquivos através de uma comunicação sobre a profissão, estabelecendo padrões, desenvolvimento profissional dos arquivistas e implementação de um diálogo entre o arquivista, responsável pela tomada de decisão, produtores e usuários de arquivos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, tradução livre).

Compete ao CIA, atuar de forma que possa contribuir com o constante desenvolvimento dos arquivos, garantindo seu acesso, uso e difusão. E o reflexo da atuação do CIA pode ser verificado através do desenvolvimento de importantes normas de descrição:

- a) Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivologia para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR (CPF));
- b) Norma Geral Internacional (ISAD (G));
- c) Norma Internacional para a Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH);
- d) Norma Internacional para a Descrição de Funções (ISDF).

A precursora das normas de descrição é a ISAD (G) e, por este motivo, serviu de base para o desenvolvimento das demais normas de descrição.

Em relação às normas nacionais, pauta-se na realidade brasileira, cujo órgão responsável pelos arquivos é o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), o qual tem como objetivo contribuir em relação a definição de políticas nacionais de forma a contribuir com a gestão documental, visando proteger todos os tipos de arquivos.

Como frutos da atuação do CONARQ, foi desenvolvida a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), no ano de 2006, com o objetivo de facilitar o acesso à informação nas instituições mantenedoras de arquivos.

Assim como as demais normas de descrição, a NOBRADE, desenvolveu-se a partir de pontos de acesso que permitem que as informações sejam representadas de maneira padronizada.

3 ELABORAÇÃO DE VOCABULÁRIOS CONTROLADOS EM ARQUIVOS

Ora, se a arquivologia precisa se aproximar de instrumentos que cooperem com o acesso à informação, os vocabulários controlados devem ser melhor explorados pela área, pois possuem potencial para proporcionar um melhor acesso à informação devido às possibilidades que estes instrumentos oferecem: controle terminológico.

O controle terminológico favorece para a diminuição da polissemia, ambiguidade, elementos que são muito comuns na linguagem natural, onde um termo pode ser representado de diversas formas. Nesse cenário, o controle terminológico favorece para que “diminuía a polissemia existente na linguagem natural, fazendo com que indexadores (entrada de dados) e usuários (busca de informação) consigam resultados mais eficazes” (ALMEIDA; SOUZA, 2011, p.425).

3.1 ASPECTOS TEÓRICOS

Os vocabulários controlados são usados a fim de padronizar qualquer tipo de informação. Então, na arquivologia os vocabulários controlados, podem ser aplicados na representação dos mais diversificados tipos de arquivos: arquivos pessoais, arquivos especializados, arquivos públicos, arquivos privados etc.

Moreira *et al.* (2015, p. 4) mencionam que ao considerar “a perspectiva mediadora dos arquivos, acredita-se que, sem o recurso da padronização terminológica na representação documentária, prejudica-se o fluxo de comunicação”. Assim, sem o recurso de instrumentos que colaborem com a padronização das informações, haverá maiores dificuldades em relação ao processo de recuperação da informação, pois, “na ausência de controle terminológico por meio de linguagem documentária, isso é, sem a adoção de procedimentos de desambiguação da linguagem natural, realiza-se um uso pobre da linguagem em si, enquanto elemento capaz de sintetizar e sistematizar conceitos” (MOREIRA *et al.*, 2015, p. 3).

Os vocabulários controlados permitem que uma informação seja representada de maneira que sejam diminuídos os usos de várias nomenclaturas para apenas um conceito; essa diversidade em relação as maneiras de representar um conceito atuam como barreiras entre usuários e sistemas, ocasionando, muitos ruídos informacionais.

Aguiar (2008, p. 220) contribui com essa visão ao mencionar que os vocabulários controlados

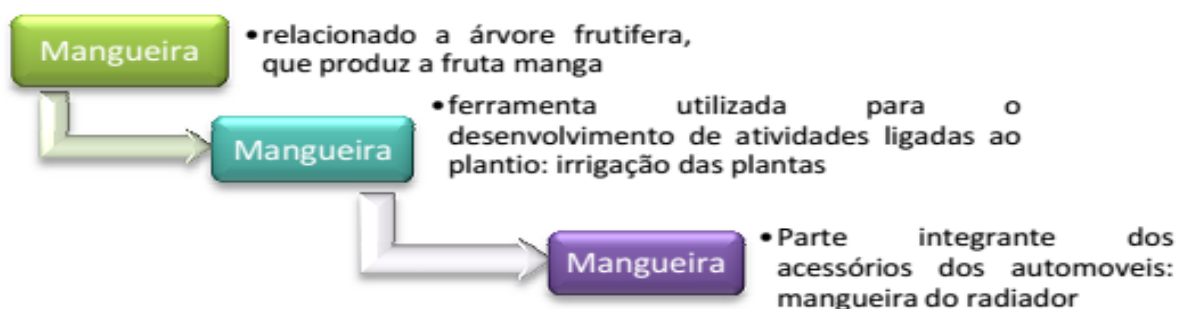
São concebidos como instrumento documentário que visa facilitar a organização, a representação e a recuperação da informação com a finalidade de otimizar a transferência social da informação; ao promoverem ambientes de recuperação da informação de domínios contextuais específicos com consistência, além de minimizarem os ruídos na recuperação da informação.

Os vocabulários controlados são instrumentos dinâmicos, que são desenvolvidos a partir das necessidades e realidades de cada organização, por isso, são instrumentos flexíveis, que podem ser desenvolvidos através de políticas previamente estabelecidas pelas organizações.

O desenvolvimento desse instrumento objetiva colaborar com o processo de organização da informação, o uso do controle terminológico é altamente necessário para que o processo de recuperação da informação aconteça de maneira fluida, pois, os vocabulários controlados permitem que a navegação pelos sistemas de busca aconteça de forma mais consistente devido ao uso de termos preferidos que atuam como pontes entre usuários e sistemas, o que permite que a navegação pelo sistema aconteça de forma mais simplificada.

Os vocabulários controlados auxiliam principalmente aqueles usuários que não são especializados ou que não possuem ampla familiaridade com o sistema, pois pode orientá-los na seleção do melhor termo, diminuindo a ambiguidade da linguagem natural e tornando mais precisa a recuperação da informação. Os vocabulários controlados atuam também em relação ao controle da polissemia, muitas vezes um termo pode se referir a mais de um objeto (Figura 1):

Figura 1- Palavras dotadas de polissemia



Fonte: Elaborado pelos autores (2016)

Observa-se, a partir da figura 1 a necessidade da arquivologia fazer uso dos vocabulários controlados porque estes instrumentos permitem uma melhor representação da informação. Os vocabulários controlados favorecem para que a navegação, por parte dos usuários, aconteça de modo mais preciso, através da utilização de termos que auxiliam aos usuários a sanar suas necessidades informacionais.

3.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA CONSTRUÇÃO DE VOCABULÁRIOS CONTROLADOS

Nota-se que a arquivologia tem uma aproximação ainda tímida em relação ao uso dos vocabulários controlados em suas práticas. Isso pode ser demonstrado a partir de pesquisas de Davanzo (2016), Davanzo e Moreira (2015) e Moreira, Davanzo e Moraes (2015). Os autores mencionados informam que, majoritariamente, a discussão e aplicação dos vocabulários controlados são realizados na área da biblioteconomia.

A necessidade de compreensão e aplicação do vocabulário controlado no tratamento da informação na arquivologia são facilmente identificáveis nas normas de descrição da área, as quais indicam a sua necessidade sem, contudo, explicitar como esse instrumento pode ser desenvolvido.

Além das normas de descrição citadas anteriormente, é necessário mencionar que existem outras normas internacionais que foram desenvolvidas especificamente para a elaboração dos vocabulários controlados. Essas normas são a ISO 25.964 e a ANSI/NISO Z39.19-2005(R2010).

A arquivologia conta ainda com outros dois instrumentos que contribuem de forma significativa em relação à construção e ao uso dos vocabulários controlados:

- a) Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivologia de Documentos (E-ARQ Brasil);
- b) Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos, de autoria de Smit e Kobashi- referentes ao Projeto Como Fazer.

A Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) pertencente ao Conselho Nacional de Arquivos foi a grande responsável pela elaboração do E-ARQ Brasil. Define-se E-ARQ Brasil como “uma especificação de requisitos a serem cumpridas pela organização produtora/recebedora de documentos pelo sistema de gestão arquivologia e pelos próprios documentos, a fim de garantir sua confiabilidade e autenticidade, assim como a sua acessibilidade” (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.5).

Dessa forma, a elaboração do E-ARQ Brasil ocorreu devido a necessidade de os arquivos digitais e/ou eletrônicos receberem tratamento adequado, de forma a garantir o acesso a essa informação. A elaboração do E-ARQ Brasil ocorreu em duas vertentes, conforme especificado abaixo:

Parte I- Gestão arquivística de documentos: contém sete capítulos e trata da política arquivística, do planejamento e da implantação do programa de gestão arquivística de documentos, dos procedimentos e controles do SIGAD.

Parte II- Especificação de requisitos para sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos: descreve os requisitos necessários para desenvolver o SIGAD que se refere aos aspectos de funcionalidade, metadados, glossário e referências (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p.14).

Na primeira parte do E-ARQ Brasil encontra-se a indicação do uso dos vocabulários controlados, ressaltando que também faz referência sobre a gestão documental.

No E-ARQ Brasil, as contribuições em relação ao uso dos vocabulários controlados estão diretamente relacionadas ao processo de indexação, assim, "a indexação é a atribuição de termos à descrição do documento, utilizando vocabulário controlado e/ou lista de descritores, tesauro e o próprio plano de classificação" (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 30).

E, em relação a visão do E-ARQ Brasil sobre a definição dos vocabulários controlados “é um conjunto normalizado de termos que serve à indexação e a recuperação da informação. Permite controlar a terminologia utilizada na indexação, estabelecendo os termos aceitos pelo órgão ou entidade e controlando o uso de sinônimos, homônimos, abreviaturas e acrônimos[...]”. (CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS, 2011, p. 43).

Mas, assim como nas normas de descrição, o E-ARQ Brasil também não demonstra de forma prática como a arquivologia pode desenvolver o vocabulário controlado. Nota-se então, que embora a área sinta a necessidade do uso desse instrumento, essa relação ainda não foi aprofundada.

E, em relação ao projeto "Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos" este, talvez, seja um dos primeiros passos mais precisos da arquivologia em relação a aplicação dos vocabulários controlados em suas práticas.

As autoras do livro, Smit e Kobashi, mencionam que seu uso pode ser feito sobre duas perspectivas: "tanto para organizar quanto para recuperar documentos estocados no arquivo" (SMIT, KOBASHI, 2003, p.16). Diante disso, mais uma vez, pode-se verificar que os vocabulários controlados atuam desde a fase corrente até a fase permanente, porque independentemente da idade documental, as informações precisam ser representadas de maneira precisa e consistente.

Smit e Kobashi mencionam que “o vocabulário também deve ser estabelecido, mas o arquivista não poderá dialogar com os produtores dos documentos, e o vocabulário se defrontará com questões diacrônicas complexas: a mesma função, ou atividade, com o passar do tempo pode ser nomeada de formas diferentes” (SMIT; KOBASHI, 2003, p.16).

Porém, acredita-se que, a aplicação dos vocabulários controlados, desde a produção documental contribuirá para que o acesso a essa informação aconteça sem dificuldades, uma vez que, controlar as terminologias possibilitará que essa informação possa ser facilmente recuperada.

3.3 ASPECTOS DE NORMALIZAÇÃO

Diante do exposto, nota-se que, a aproximação dos vocabulários controlados é necessária porque estes contribuem em relação ao controle terminológico das informações.

E, esse controle terminológico é realizado através das linguagens documentárias, cujo objetivo é colaborar com a diminuição das ambiguidades que podem (e existem) no momento da representação da informação.

Levando-se em consideração a importância dos vocabulários controlados, no evento da área em Genebra (2011) foram estabelecidas algumas normas que auxiliam no desenvolvimento desse instrumento:

- a) ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) - Guidelines for the construction, format and management of monolingual controlled vocabularies.
- b) ISO 25964-1 Information and Documentation: Thesauri and interoperability with other vocabularies- Part 1: Thesauri for information retrieval.
- c) ISO 25964-2 Information and documentation- Thesauri and interoperability with other vocabularies- Part 2: interoperability with other vocabularies.

As normas ISO analisadas nesta pesquisa referem-se a ANSI/NISO Z39.19-2005 (R2010) e a ISO 25964-1, porque não haveria espaço suficiente para se aprofundar na parte II da ISO 25964 que trata de aspectos sobre a interoperabilidade dos vocabulários controlados.

A ANSI/NISO Z39.19-2005 (R 2010) foi publicada inicialmente no ano de 1974, tendo sido revista no ano de 2010. Esta norma pretende “apresentar um conjunto de procedimentos com base em técnicas preferenciais e opcionais, utilizando as seguintes convenções para indicar a relevância

da recomendação: obrigatório, recomendado, permitido, não recomendado e não permitido” (WEISS, 2011 p.11).

Esta norma abrange onze áreas: Introdução; Escopo; Normas Referenciadas; Definições, Abreviaturas e Acrônimos; Vocabulário Controlado- Finalidade, Escopo e Formulário; Termos Compostos; Relacionamentos; Resultados dos Vocabulários Controlados; Interoperabilidade e a Construção, Manutenção e Sistemas de Gestão.

Sobre a utilização da norma ANSI para a construção de vocabulários controlados, Silva, Souza e Almeida (2008, p. 08-09) pontuam:

Em relação às regras de construção, o padrão ANSI/NISO Z.39.192005 permite construir vários tipos de vocabulário controlado, incluindo tesouros, taxonomias, listas e anel de sinônimos, em uma ordem conhecida e estruturada com o intuito de disponibilizar claramente os relacionamentos de equivalência, associativos e hierárquicos, quando aplicáveis a cada tipo. Essa flexibilidade é importante, pois, permite melhor adaptação do instrumento com a necessidade dos ambientes informacionais [...].

Assim, um vocabulário controlado deve ser construído a partir da realidade informacional de cada organização e, também de acordo com as suas próprias necessidades, podendo apresentar maior ou menor grau de complexidade.

A ISO 25964-1 é a norma mais recente em relação aos vocabulários controlados e está orientada de modo especial à interoperabilidade e modelagem dos dados, o que é revelador de sua atualidade. Esta norma foi dividida em duas partes, a primeira parte foi publicada no ano de 2011 e, trata de questões referentes à estruturação dos tesouros monolíngues e multilíngues; e a segunda parte trata de questões acerca da interoperabilidade. Dessa maneira, nota-se a preocupação em relação às informações digitais.

Essa preocupação em relação às informações digitais é um importante marco para a área, pois, vários documentos, sejam as normas, procedimentos etc., voltam-se apenas para as informações analógicas, mas, atualmente, é necessário, avaliar como tratar as informações que nascem ou migram para o suporte digital.

As criações das normas para desenvolvimento e aplicação de vocabulários controlados podem ser consideradas um grande avanço e são fundamentais para que as organizações possam utilizar este instrumento.

4 ANÁLISE DAS NORMAS ISAAR (CPF) E ISO 25964

Ainda que seja indicado o uso de vocabulários controlados, em algumas normas e requisitos que foram desenvolvidos, especificamente para o uso da arquivologia, esses elementos, em momento algum mencionam como um vocabulário controlado deve ser desenvolvido de forma que atenda às necessidades informacionais acerca da arquivologia em relação às suas práticas, metodologias etc.

Além do mais, ainda que os vocabulários controlados sejam regidos por normas específicas, como as ISO's, estas não se referem a arquivologia. Diante desse cenário, sente-se a necessidade de maior aproximação da arquivologia em relação à utilização desse instrumento.

Neste capítulo, apresenta-se um recorte em relação à norma de descrição ISAAR (CPF). Conforme informado inicialmente, esse trabalho decorre de uma dissertação de mestrado que tratou de aspectos relacionados à Universidade Estadual Paulista (UNESP), por este motivo a ISAAR (CPF) foi a norma escolhida, porque foi desenvolvida para ser aplicada em entidades produtoras de documentos arquivísticos.

Encontramos a indicação do uso dos vocabulários controlados na área de relacionamento da ISAAR (CPF). Essa área tem por finalidade “descrever relacionamentos com outras entidades coletivas, pessoas e famílias que podem ser descritas em outros registros de autoridade” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 25).

Assim como as demais normas de descrição, a ISAAR (CPF) foi desenvolvida a partir de campos de descrição e, esses campos atuam como pontos de acessos, que devem facilitar a recuperação da informação. Partindo dessa perspectiva, acredita-se, que “aliar o uso dos vocabulários controlados com as práticas arquivísticas, permite que o acesso a informação aconteça de forma mais eficiente devido ao caráter normatizador dos vocabulários controlados”. (DAVANZO, 2016, p.79)

Essa relação pode ser melhor visualizada ao considerarmos que o objetivo da ISAAR (CPF) “é apoiar o compartilhamento de registros de autoridade arquivística”, conforme aponta o Conselho Internacional de Arquivos (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p. 11). Assim, verifica-se que a partir do controle terminológico que é oferecido pelos vocabulários controlados, o processo de descrição e representação das informações será mais consistente.

A consistência na descrição das informações é fundamental, principalmente quando consideramos que todos os pontos de acesso das normas de descrição atuam como agentes que facilitam a comunicação entre sistemas e usuários. Nesse sentido, verifica-se que, a ISAAR-CPF atua sobre duas perspectivas: a primeira se relaciona com a descrição dos registros de autoridade, ou seja, atuam em relação a descrição do órgão produtor das informações e a segunda perspectiva, refere-se à atuação dessa norma com as demais informações que fazem parte desse órgão produtor, isto é, tratam sobre o contexto que demonstram como as informações dessa organização foram acumuladas.

Por este motivo, o uso do vocabulário controlado deve ser aplicado em conjunto com a ISAAR (CPF) porque ele “permite controlar a forma do nome e identidade de uma entidade coletiva, pessoa ou família nomeada num ponto de acesso” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2004, p.12).

Diante das explicações, é possível verificar que a arquivologia pode melhorar seus fluxos informacionais a partir do uso dos vocabulários controlados, porém, ainda que esse instrumento seja citado na ISAAR (CPF), não encontramos como esse instrumento deve ser desenvolvido, dessa forma, para tentar explicitar como esses instrumentos podem se desenvolver utilizou-se a ISO 25964-2011 (parte I).

A parte I da ISO 25964-2011 trabalha em relação a assuntos que envolvem o desenvolvimento e manutenção de tesouros que se destinam a recuperação da informação (ISO 25964-2011).

O objetivo dessa norma é "facilitar a interoperabilidade entre sistemas de gestão de tesouro e outras aplicações de computador, tais como sistemas de indexação e recuperação, que objetivam utilizar os dados" (ISO 25964, 2011, p. 02- tradução livre). Esta norma proporciona elementos que ajudam as organizações a desenvolverem seus próprios vocabulários, pois, "hoje há uma demanda por vocabulários que os usuários não treinados acharão intuitivos e para vocabulários que permitem a inferência por máquinas" (ISO 25964- 2011, p.1, tradução livre).

Levando-se em consideração que o objeto de estudo da arquivologia, sofre grandes transformações em função do ambiente digital, "a área precisa se aproximar de instrumentos mais precisos de representação e de recuperação da informação", conforme esclarecem Moreira, Davanzo e Moraes (2015, p. 2).

Atualmente, a necessidade de recuperação da informação é um processo que gera nos usuários a expectativa de acesso cada vez mais rápido, porém, para que esse acesso possa atender as necessidades desses usuários, é necessário que, as informações sejam representadas de forma que as ambiguidades, polissemias sejam diminuídas e, para que isso seja possível, fazer uso dos vocabulários controlados se torna necessário, porque um dos grandes motivos para o uso desse instrumento é que eles "são elaborados de maneira a facilitar e tornar mais preciso o acesso à informação", conforme refletem Moreira, Davanzo e Moraes (2015, p. 3).

Ainda sobre a necessidade de representar a informação de forma qualitativa e consistente,

Um dos instrumentos utilizados pela organização e representação da informação para potencializar a circulação da informação é o vocabulário controlado. Um dos aspectos pelos quais os vocabulários controlados se destacam diz respeito à economia do sistema, pois o controle terminológico, cuja ênfase é a precisão, também diminui a quantidade de termos utilizados para representar um mesmo conceito (DAVANZO; MOREIRA, 2015, p.3).

O uso do vocabulário controlado, além de melhorar a organização, recuperação e representação da informação, contribui para que sejam diminuídos os problemas relacionados a dispersão informacional.

Um vocabulário controlado pode ser usado em quaisquer tipos de organizações, seu desenvolvimento será realizado a partir de necessidades próprias de cada organização, por isso, não se tem uma maneira exclusiva em relação a como desenvolver esse instrumento.

No desenvolvimento de um vocabulário controlado, comumente encontramos o uso de siglas que objetivam contribuir para uma melhor recuperação da informação. Essas siglas serão descritas, conforme abaixo:

- NA- nota de aplicação
- USE-UP- equivalência
- TG- termo genérico
- TGP- termo genérico partitivo
- TE- termo específico
- TEP- termo específico partitivo
- TR- termo relacionado

Em um primeiro momento, essas siglas podem não parecer claras para serem usadas pela arquivologia, portanto, foi usado um exemplo citado por Smit e Kobashi (2003) para que o uso dessas siglas pela arquivologia se torne mais claro.

Quadro 1- Estruturação de um vocabulário controlado

Plano de Classificação	Tesouro
<p>EVENTOS Eventos Científicos Congressos Eventos Educativos Conferências Palestras</p>	<p>CONFERÊNCIAS</p> <p>NE use o descritor para reuniões programadas para dar a palavra a uma pessoa de reconhecida competência TG Eventos educativos TR Congressos UP Seminários Simpósios Workshops</p> <p>CONGRESSOS</p> <p>NE use o descritor para reuniões programadas para favorecer intercâmbio acadêmico. TG Eventos científicos TR Conferências</p> <p>EVENTOS CIENTÍFICOS</p> <p>TG Eventos TE Congressos</p> <p>EVENTOS EDUCATIVOS</p> <p>TG Eventos TE Conferências Palestras</p> <p>PALESTRAS</p> <p>TG Eventos educativos Seminários USE Conferências Simpósios USE Conferências Workshops USE Conferências</p>

Fonte: Smit e Kobashi (2003).

A partir da exemplificação de Smit e Kobashi (2003) é possível verificar que na visão das autoras o vocabulário controlado pode ser aplicado em um dos pilares da arquivologia, isto é, o plano de classificação. Diante desse exemplo, mais uma vez é verificada a importância do uso do vocabulário controlado pela arquivologia, pois, por meio dele, as relações entre as informações são explicitadas de forma mais clara.

As autoras refletem, nesse contexto, “o controle de vocabulário intervém na organização dos arquivos ao nomear, de forma consistente, os pontos de acesso aos documentos e à informação neles contida. O objetivo a ser alcançado pelos arquivos, por essa óptica, é sempre o da recuperação da informação: somente esse objetivo justifica os cuidados com o controle de vocabulário” (SMIT; KOBASHI, 2003, p.12).

Dessa maneira, a partir dessa visão, nota-se que, o uso do vocabulário controlado na arquivologia atua como instrumento que visa colaborar com melhorias em relação a uma melhor precisão no momento de recuperar a informação, pois, “o controle de vocabulário é um recurso para organizar e recuperar documentos – e informações – com consistência, gerando, conseqüentemente, confiança no sistema” (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 14).

É necessário mencionar também que o vocabulário controlado pode ser usado tanto nas informações que fazem parte dos arquivos correntes como nos arquivos permanentes. Sobre a aplicação do vocabulário controlado no ciclo vital dos documentos, Smit e Kobashi observam que nos arquivos correntes o uso do vocabulário controlado pode dar subsídios:

Na elaboração de tabelas de temporalidade dos documentos, através da nomeação das séries documentais;
Na elaboração de planos de classificação, através da nomeação das atividades desenvolvidas pela instituição ou, ainda, na nomeação das séries documentais;
Na elaboração de listas de assuntos para protocolos automatizados;
Na atribuição de títulos a formulários. (SMIT; KOBASHI, 2003, p. 15).

E, em relação ao uso desse instrumento nos arquivos permanentes, ressalta-se que, nessa etapa torna-se mais difícil a comunicação entre o arquivista e o produtor das informações, somado a isso, a linguagem utilizada pelos pesquisadores de informações consideradas de cunho permanente também “representa uma diferença em relação à linguagem presente nos documentos, tornando a fixação do vocabulário ainda mais difícil” (SMIT; KOBASHI, 2003, p.16).

Porém, as autoras mencionam que é possível aplicar o controle de vocabulário nos instrumentos de pesquisa, tais como os índices (onomásticos, geográficos, de assunto etc.) (SMIT, KOBASHI, 2003).

Assim, nota-se que, os usos dos vocabulários controlados favorecem para que as informações não sejam dispersas, além de contribuir com o acesso mais consistente às informações. O uso desse instrumento pela arquivologia torna-se cada vez mais necessário, principalmente em tempos de grandes volumes informacionais e de grandes compartilhamentos de informações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento das atividades dos arquivistas, estes profissionais deparam-se com a eminente necessidade de transformar a realidade dos arquivos, que em muitas ocasiões traduzem-se em grandes massas acumuladas, que não oferecem subsídio em serviços que sejam capazes de atender de forma satisfatória a todos os tipos de usuários.

Assim, a etapa de descrição é importante porque apenas a partir dessa atividade é que se torna possível viabilizar o acesso às informações, porque a realização dessa atividade é embasada de acordo com padrões pré-estabelecidos, tais como as normas de descrição, pois, estas normas permitem que o acesso às informações aconteçam de maneira mais qualitativa, devido a existência dos pontos de acesso.

Porém, a partir do século XX a descrição na arquivologia sofre algumas modificações, ou seja, deixa de ser uma atividade voltada exclusivamente a organização da informação, assumindo, portanto, um novo objetivo, isto é, melhorar os processos de recuperação e de acesso às informações.

Llanes Padron (2011, p.8) ressalta que a norma de descrição,

Consiste em elaborar uma representação (atividade) que pode ter diferentes formas de manifestação (instrumentos de consulta); a partir de uma base de dados descritiva é possível obter diferentes formatos de saída (várias formas de visualização de uma tela ou diferentes tipos de impressão).

Ainda sobre as normas de descrição, estas possuem outro importante requisito: foram elaboradas respeitando os princípios norteadores da área, tais como a proveniência e a organicidade.

Llanes Padrón (2011) observa que a criação das normas de descrição é considerada um marco para a arquivologia, pois, elas mudaram de maneira significativa o modo pela qual as informações são representadas, porque a partir das normas, a descrição passa a ser responsável por contribuir não apenas com a descrição propriamente dita das informações, mas assume um novo papel, que se relaciona com a organização, armazenamento, representação, uso e difusão da informação. E esse novo papel das normas de descrição foi impulsionado principalmente pelas tecnologias digitais porque elas influenciaram em relação aos modos pelos quais os usuários passaram a buscar uma informação, assim como influenciaram em relação as maneiras nas quais as informações são custodiadas.

Porém, ainda que as normas de descrição tenham mudado de maneira significativa o processo de representação da informação, notou-se que a área ainda precisa se aproximar de instrumentos que atuem em relação ao controle terminológico, ou seja, os vocabulários controlados.

Com o desenvolvimento dessa pesquisa, foi possível concluir que, a arquivologia tem muito a ganhar em relação ao uso dos vocabulários controlados, pois estes vocabulários contribuem diretamente quando o arquivista estiver trabalhando na representação de uma informação.

Outro ponto que merece destaque relaciona-se com uma melhor interação entre sistemas e usuários, pois, o vocabulário controlado orientará o usuário no processo de recuperação da informação, podendo ainda auxiliar em relação ao uso de um termo, que embora possa ser desconhecido pelo usuário, contribuirá em relação a ampliação de seu objeto de pesquisa.

Mas, notou-se que essa aproximação ainda ocorre de maneira tímida e, embora esses instrumentos sejam citados em algumas normas e procedimentos, ainda não foram contempladas de forma emitente como esse instrumento deve ser desenvolvido de maneira que atendam aos princípios norteadores da arquivologia.

O trabalho de representar uma informação (quer seja por parte do indexador-arquivista, quer seja por parte do usuário-pesquisador) pode ser considerado uma fase crucial, já que por meio da representação é que uma informação ou um documento poderão ou não ser recuperados. Considerando-se a necessidade de precisão neste sistema de comunicação é que foram apresentados os subsídios teóricos, metodológicos e normativos relativos ao desenvolvimento e à aplicação de vocabulários controlados em arquivos.

REFERENCIAS

AGUIAR, F. **O controle de vocabulário controlado como dispositivo para a organização e tratamento da recuperação arquivologia**. Dissertação (Mestrado em ciência da informação) Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil.2008.

ALMEIDA, T; SOUZA, R. F. O vocabulário controlado como instrumento de organização e representação da informação na FINEP. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 12., 2011, Brasília. **Anais [...]**. Brasília: UNB, 2011.

ANDRADE, R., SILVA, R. Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 2, n. 3, p. 14-29, dez. 2008.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **E-ARQ Brasil**: Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística de Documentos. Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

CINTRA, A.M. *et al.* **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. amp. São Paulo: Pólis, 2002.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAD(G)**: Norma geral internacional de descrição arquivologia. 2000.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. **ISAAR(CPF)**: norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

- DAVANZO, L. **Vocabulário controlado para arquivos**: análise de viabilidade e proposta. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista, Marília, 2016.
- DAVANZO, L; MOREIRA, W. Análise preliminar sobre a conversão de plano de classificação em vocabulário controlado. *In*: DOBEDEI, Vera; GUIMARÃES, José Augusto Chaves (org.). **Organização do conhecimento e diversidade cultural**. Marília: ISKO-Brasil: FUNDEPE, 2015.
- HEREDIA HERRERA, A. Documentos y información. *In*: HEREDIA HERRERA, A. **Archivística General**: teoría y practica. Sevilla, 1991.
- LEÃO, F.C. **A representação da informação arquivologia permanente**: a normalização descritiva e a ISAD (G). São Paulo: ECA/USP, 2006.
- LOPES, L.C. **A gestão da informação**: as organizações, os arquivos e a informática aplicada. Rio de Janeiro: APERJ. 1997.
- LLANES PADRÓN, D. **La representación normalizada de los documentos**: estudio comparado de normas de descripción archivística. 801 f., 2011. Tesis - (Doctorado en Biblioteconomía y Documentación) Departamento de Biblioteconomía y Documentación. Universidad de Salamanca, España. 2011.
- MOREIRA, W; DAVANZO, L; MORAES, I. S. Abordagem sobre vocabulários controlados para arquivos: conceitos, aplicações e metodologias. *In*: RODRÍGUEZ MUÑOZ, J.V.; GIL-LEIVA, I.; DÍAZ ORTUÑO, P.; MARTÍNEZ MÉNDEZ, F. J. (orgs.). **Organización del conocimiento**: sistemas de información abiertos. Murcia, España: Universidad de Murcia, 2015.
- MOREIRA, W. *et al.* Vocabulário controlado para a representação documentária em arquivos correntes da UNESP. *In*: DO OUTRO LADO DA INFORMAÇÃO. 4., 2015, Marília. **Anais do Seminário Arquivologia e Biblioteconomia**. Marília, 2015.
- ORTEGA, C.D. Fundamentos da organização da informação frente a produção de documentos. **Transinformação**, Campinas, v.20, n.1. 2008.
- SMIT, J.W; KOBASHI, N.Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial. 2003.
- SILVA, D. L.; SOUZA, R. R.; ALMEIDA, M. B. Comparação de metodologias para construção de ontologias e vocabulários controlados. *In*: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM ONTOLOGIA NO BRASIL (ONTOBRAS), 1., 2008, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: UFF, 2008.
- TOGNOLI, N. B. A representação na arquivística contemporânea. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 79-92, jul./dez., 2012.
- WEISS, L. C. **Análise da estrutura do vocabulário controlado Descritores em Ciências da Saúde**. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

Originais recebidos em: 12/11/2018
Aceito para publicação em: 01/01/2019
Publicado em: 01/07/2019